

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022



CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS (UniProcessus)

Atividade Extensionista

PROJETO EXTENSIONISTA: O DIREITO AO ESQUECIMENTO (01/2023)

1. Identificação do Objeto

Atividade Extensionista:

PROGRAMA () PROJETO (x) CURSO () OFICINA ()
EVENTO () PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS () AÇÃO DE EXTENSÃO SOCIAL ()

Área Temática: Direito Digital.

Linha de Extensão: O DIREITO AO ESQUECIMENTO

Local de implementação: Internet.

Título do Programa ou Projeto: Direito ao esquecimento.

2. Identificação dos Autor(es) e Articulador(es)

CURSO: Bacharelado em Direito.

DISCIPLINA: Direito Digital.

Articulador(es)/Orientador(es):

NOME: Prof. Dr. Henrique Savonitti Miranda

Aluno(a)/Equipe

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Matrícula	NOME COMPLETO	E-mail	Telefone
2220010000042	Omar J.A.Ferreira	omar.j.amazonas@gmail.com	61993059382
2220010000002	Pedro Henrique Dantas dos Santos	phds13@hotmail.com	61983402171
2020010000134	Janaína Moreira Coelho	janaina.consultoria@yahoo.com.br	
2220010000028	Ryllare Dourado Barros	rylludourado@gmail.com	
1820010000010	José Abel de Oliveira Neto	jose.abel01@gmail.com	

3. Desenvolvimento

Apresentação: O direito ao esquecimento é um conceito legal que se refere ao direito de uma pessoa de solicitar que informações pessoais sobre si mesma sejam removidas de registros públicos ou meios de comunicação.

Justificativa: O meio digital por ser muito difundido e promiscuo acaba por comportar situações onde não há fato público e notório. Mesmo assim, mantem-se o fato circulando pela internet.

Objetivos Gerais: Transmitir informação sobre o direito ao esquecimento no meio digital.

Objetivos Específicos: Como recorrer, para quem, de que forma, qual seria o pedido correto, a relação civil decorrente do direito ao esquecimento, a inconstitucionalidade do direito ao esquecimento não garante a possibilidade de escrever inverdades.

Público-alvo: População

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Local (ou locais) de execução: Centro Universitário Processus

Resultados esperados: Conhecimento da população sobre direitos, dentro do direito ao esquecimento.

Resultados atingidos: Ainda não foi concluído o projeto.

Metodologia: Qualitativa e quantitativa.

Cronograma de execução:

DATA DE INÍCIO: 30/03/2023

DATA DE TÉRMINO: 30/07/2023

Referências

BISOL, Jairo. **A aplicação da Norma Jurídica: Vagueza e ambiguidade.** In: BRASÍLIA. Uniprocesso, 2022. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, **Projeto de Lei 7.881/2014**, de 11 de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=621575>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, **Projeto de Lei 2.712/2015**, de 19 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1672348>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, **Projeto de Lei 1.676/2015**, de 26 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1295741>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, **Projeto de Lei 1.589/2015**, de 19 de maio de 2015. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1279451>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Habeas Corpus nº 256.210 – SP. (2012/0211150-0)**, de 03 de dezembro de 2013. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1286867&num_registro=201202111500&data=20131213&formato=PDF. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.335.153 – RJ (2011/0057428-0)**, de 28 de maio de 2013. Disponível em:

Centro Universitário Processus

PORTARIA Nº 282, DE 14 DE ABRIL DE 2022

https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=1237428&num_registro=201100574280&data=20130910&formato=PDF. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.334.097 – RJ (2012/0144910-7)**, de 09 de novembro de 2021. Disponível em:

https://processo.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=ITA&sequencial=2076785&num_registro=201201449107&data=20220201&formato=PDF. Acesso em: 29 de março de 2023.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Recurso Especial nº 1010606 – DF**, de 20 de maio de 2021. Disponível em:

https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search?base=acordaos&sinonimo=true&plural=true&page=1&pageSize=10&sort=_score&sortBy=desc&isAdvanced=true&origem=AP&classeNumeroIncidente=RE%201010606. Acesso em: 29 de março de 2023.

FERREIRA, Omar José Amazonas Ferreira; FILPO, Klever Paulo Leal Filpo et al. **O emprego da Arbitragem no Âmbito Concorrencial: A proposta de um estudo de caso**. Desafios Contemporâneos para a efetivação do Direitos Humanos. Rio de Janeiro. Pembroke Collins, 2021, p.136 a p.149.

GLOBO, O. **'Lei do direito de ser esquecido' provoca remoção de verbete da Wikipédia**.

Jornal O Globo, 2014. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/lei-do-direito-de-ser-esquecido-provoca-remocao-de-verbete-da-wikipedia-13488536#ixzz39VINUZBg?GLBID=1775ce4f92e5d75b9339d521270872b7d6b6f6177784b794b3939544f61782d4a316836775344595736364c357175573055756b44326f6f2d3656373639726f577a334a61536671426870634c464e43553462536c6a545f4778337134645178654163316571513d3d3a303a7068647331335f32303134>>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Igualdade**. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/4/edicao-2/igualdade>>. Acesso em: 03 abr. 2023.